



Documento de política

Concretização da Campanha da União Africana pela Eliminação do Casamento Infantil: Lições emergentes dos programas de combate ao casamento infantil no Malawi e na Zâmbia



© 2020 ONU Mulheres. Todos os direitos reservados.

As opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não representam necessariamente as opiniões da ONU Mulheres, das Nações Unidas ou de qualquer das organizações suas afiliadas.

Este documento de política foi preparado por Jacinta Muteshi, Ph.D., Consultora da ONU Mulheres. O desenvolvimento deste documento de política é possibilitado pelo generoso apoio prestado pelo Mecanismo para o Alívio da Pobreza e da Fome da Índia, do Brasil e da África do Sul (Fundo IBAS) através do projeto-piloto “Erradicação dos Casamentos Infantis no Malawi e na Zâmbia e Oferta de Bolsas de Estudo a Sobreviventes do Casamento Infantil (2019-2020)”.

Elaborado pela articulação da ONU Mulheres com a UA e a UNECA

Coordenação: Tikikel Tadele Alemu

Concepção: Chong Liu

Capa: ONU Mulheres Malawi/Limbani Msiska

Photos : P. 16 ONU Mulheres Malawi/Limbani Msiska; P. 18 (de cima para baixo)

ONU Mulheres Malawi/Limbani Msiska, ONU Mulheres Zâmbia/Melvin Mampi

Musweu

Documento de política

Concretização da Campanha da União Africana pela Eliminação do Casamento Infantil: Lições emergentes dos programas de combate ao casamento infantil no Malawi e na Zâmbia



ARTICULAÇÃO COM A UA E A UNECA
ONU MULHERES

Adis Abeba, Outubro de 2020

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	5
AGRADECIMENTOS	6
PREÂMBULO	7
I. INTRODUÇÃO	8
Histórico	8
Compromissos e oportunidades globais e regionais	8
Contexto nacional político e legislativo: Malawi e Zâmbia	9
II. INTERVENÇÕES	11
III. O QUE ESTAMOS A APRENDER?	12
IV. TRAÇAR O CAMINHO FUTURO	19

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADVANCE	Desenvolvimento da Agricultura pelo Melhoramento da Cadeia de Valor (Agriculture Development Through Value Chain Enhancement) (Zâmbia)
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CER	Comunidade Económica Regional
CI	Casamento infantil
CIPD	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
IBAS	Mecanismo para o Alívio da Pobreza e da Fome da Índia, do Brasil e da África do Sul
IEC	Informação, educação e comunicação
IS	Iniciativa Spotlight
MAGGA	Associação das Guias do Malawi (Malawi Girl Guides Association)
MGCDBES	Ministério do Género, da Criança, da Deficiência e do Bem-Estar Social (Malawi)
MGF/CF	Mutilação genital feminina/circuncisão feminina
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres
OSC	Organização da sociedade civil
PEM	Princípios de empoderamento das mulheres
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community)
SIDA	Síndrome da imunodeficiência adquirida
TMM	Taxa de mortalidade materna
UA	União Africana
VBG	Violência baseada no género
VCMR	Violência contra as mulheres e raparigas
VIH	Vírus da imunodeficiência humana

AGRADECIMENTOS

O documento de política “Realizar a campanha da União Africana para acabar com o casamento infantil: lições emergentes da programação sobre o casamento infantil no Malawi e na Zâmbia” foi elaborado pela entidade das Nações Unidas para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres (ONU Mulheres) como contributo para a implementação da campanha da Comissão da União Africana (CUA) para acabar com o casamento infantil (ECM, ou End Child Marriage). A iniciativa foi possibilitada pelo generoso apoio do Mecanismo para o Alívio da Pobreza e da Fome da Índia, do Brasil e da África do Sul (Fundo IBAS).

A ONU Mulheres expressa a sua gratidão às seguintes entidades: Estados-Membros da UA; Departamento de Assuntos Sociais da CUA; Ministérios do Malawi e da Zâmbia, em particular, o Ministério do Género, o Ministério da Educação e o Ministério da Administração Local e do Desenvolvimento Rural e o Ministério do Desenvolvimento Comunitário e da Previdência Social do Malawi; Comitês Multissetoriais do IBAS de Mpulungu e Chama; Conselho Distrital e equipa da Direção Distrital de Educação de Dedza; Conselho Distrital e equipa da Direção Distrital de Educação de Salima; Associação das Guias do Malawi; Associação Interconfessional para a SIDA do Malawi; Chefe Superior Kachindamoto e Chefe da Autoridade Tradicional Mwanza. A ONU Mulheres agradece ainda ao Ministério do Género, ao Ministério da Educação e ao Ministério do Desenvolvimento Comunitário e dos Serviços Sociais da Zâmbia, bem como ao sistema das Nações Unidas, em particular ao UNICEF e ao FNUAP, pelos seus contributos durante as várias consultas que fundamentaram o contexto deste documento de política.

A ONU Mulheres está grata à Dra. Jacinta Muteshi, consultora especializada que desenvolveu este documento de política no qual são destacados ensinamentos emergentes essenciais dos programas de erradicação do casamento infantil para fundamentar políticas, programas e iniciativas na UA e nos Estados-Membros. O documento beneficiou dos contributos da equipa técnica e de liderança que apoiou o processo de investigação, em concreto:

Comissão da União Africana – Departamento de Assuntos Sociais

Nena Thundu, Nathan Yilma e Twambo Ronah Mumba

Ministério do Género da Zâmbia – Programa Avançado

Sr. Moffat Khosa

FNUAP

Sra. Chipso Nkhata

ONU Mulheres –

Etiópia – Articulação com a UA e a UNECA

Marie Goretti Nduwayo, Tikikel Tadele Alemu, Amen Ayele Deneke e Dukaye Amare Mergia

Gabinete Regional para a África Oriental e Austral

Kagwiria Mbogori, Sadiq Syed, Evelyn Ongige, Jack Onyisi Abebe

ONU Mulheres Zâmbia

Annie Sampa-Kamwendo

ONU Mulheres Malawi

Habiba Osman, Almas Araru, Limbani Msiska

PREÂMBULO

O casamento infantil é uma violência contra as raparigas e uma violação dos direitos humanos que compromete o direito à saúde sexual e reprodutiva das raparigas, o direito à educação, a integridade corporal e a autonomia em relação ao próprio corpo. O casamento infantil é prevalente em África e, se a tendência atual se mantiver no continente, haverá 250 milhões de noivas-crianças até 2030. A desigualdade de género é causa e consequência do casamento infantil. Assim, na União Africana, apesar de haver Estados-Membros com leis que proíbem o casamento infantil, as normas patriarcais tradicionais que percecionam o papel principal das mulheres como procriadoras impedem a sua implementação.

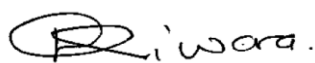
A ONU Mulheres trabalha com os Estados-Membros e a UA para dar poder às mulheres e para combater a desigualdade de género e a violência contra as mulheres, incluindo o casamento infantil e as práticas nocivas. Os esforços da ONU Mulheres visam contribuir para a implementação da campanha da União Africana para acabar com o casamento infantil em África (campanha ECM, ou End Child Marriage), aprofundando a consciencialização continental sobre os efeitos do casamento infantil e a implementação da política da UA e dos instrumentos jurídicos conexos. No âmbito de um esforço de várias partes interessadas, a ONU Mulheres criou colaborações com o Departamento de Assuntos Sociais e a Direção da Mulher, do Género e do Desenvolvimento (DMGD) da Comissão da União Africana (CUA), com o sistema das Nações Unidas e com organizações regionais e internacionais para apoiar o lançamento da campanha e outros compromissos continentais, como um passo no sentido da realização dos direitos das mulheres e raparigas em África através do fim de todas as formas de violência.

A este respeito, a ONU Mulheres orgulha-se de ter estabelecido uma parceria com o Mecanismo para o Alívio da Pobreza e da Fome da Índia, do Brasil e da África do Sul (Fundo IBAS) para implementar um projeto-piloto plurinacional de erradicação do casamento infantil, o qual envolveu os governos do Malawi e da Zâmbia, os dois países continentais defensores, e outras partes interessadas aos níveis nacional e comunitário. O projeto baseia-se no progresso demonstrável obtido para fazer face às elevadas taxas prevalentes de casamento infantil através de esquemas de bolsas de estudo, ações de mobilização social e prestação de serviços como parte dos esforços de prevenção e resposta. Ao nível continental, por meio da componente regional da UA, o projeto apoiou o desenvolvimento de iniciativas continentais de desenvolvimento de políticas e gestão do conhecimento para promover o fim do casamento infantil durante o período 2019-2020.

A esse respeito, como contributo para a implementação do Plano Estratégico Quinquenal sobre a Erradicação do Casamento Infantil (2019-2023) da UA, O Gabinete da ONU Mulheres na Etiópia, através da sua articulação com a UA e a UNECA, tem apoiado a realização de estudos inovadores que visam gerar dados concretos para sustentação de políticas, iniciativas e programas reativos ao género e aos direitos humanos a diferentes níveis em África. Este documento político é um exemplo prático do contributo da ONU Mulheres, com base nos ensinamentos obtidos na implementação de projetos de erradicação do casamento infantil no Malawi e na Zâmbia, com vista a promover a partilha de experiências entre os Estados-Membros da UA numa tentativa de reforçar a aprendizagem Sul-Sul para medidas aceleradas em todo o continente.

As conclusões principais serão instrutivas para as intervenções atuais e futuras nos dois países e não só. Com base em experiências específicas de implementação de projetos, o estudo propõe recomendações relevantes para os Estados-Membros, o sistema das Nações Unidas, as OSC e outros intervenientes. Este elemento de investigação é também oportuno, uma vez que reconhece a necessidade de ações deliberadas para assegurar que a COVID-19 não inverta os ganhos obtidos nem agrave a já frágil situação do casamento infantil em toda a África.

A apresentação desta investigação é para nós uma enorme satisfação e apelamos às partes interessadas que se juntem à ONU Mulheres e a outros intervenientes fulcrais na intensificação dos esforços para pôr termo ao casamento infantil e a todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas em África.



Letty Chiwara

Representante para a Etiópia, UA e UNECA

I. INTRODUÇÃO

Histórico

Em toda a África, 125 milhões de meninas e mulheres (que vivem atualmente) casaram-se antes dos 18 anos, sendo que uma em cada três mulheres jovens em África casou-se na infância, e uma em cada dez mulheres antes do seu 15º aniversário.¹ Quanto mais precoce é o casamento, maior tende a ser o impacto negativo. Em África, a cada ano, o casamento precoce reduz a probabilidade de alfabetização em 5,6 pontos percentuais e a probabilidade de conclusão do ensino médio em 6,5 pontos percentuais. Também contribui para a mortalidade materna (MMR)². O casamento infantil constitui várias camadas de abuso infantil, exploração e violação de direitos³. Meninas que se casam quando são crianças têm maior probabilidade de ficar fora da escola, de sofrer violência doméstica e sexual, de contrair VIH/SIDA e de falecer devido a complicações durante a gravidez e o parto.⁴ O casamento infantil tem um impacto negativo duradouro nas famílias, comunidades e economias e perpetua a pobreza entre gerações⁵.

Um dos principais desafios para acabar com o casamento infantil são as normas e atitudes tradicionais e discriminatórias que tornam a prática aceite em toda a sociedade. A pobreza ou a falta de oportunidade de emprego assalariado é outro fator importante para o

casamento infantil. Frequentemente, nas áreas rurais, as meninas muito jovens casam-se para melhorar a situação económica da sua família. Por exemplo, as comunidades no norte do Malawi praticam o chamado kupimbira (dar uma filha jovem em casamento como pagamento de uma dívida)⁶. Barreiras estruturais continuam a forçar meninas vulneráveis ao casamento infantil, impedindo-as de aceder a serviços essenciais depois de casadas. Estas barreiras são transversais aos sistemas de educação, saúde, justiça e proteção infantil. Nos sistemas educacionais, a falta de acesso a escolas secundárias, a inexistência de meios adequados para gerir a menstruação, a falta de lavabos separados por sexo e os custos da educação são as principais barreiras. As implicações para a saúde relacionam-se com o facto de que a gravidez precoce na adolescência tem consequências médicas significativas. As mães adolescentes com idade entre 10–19 anos enfrentam maiores riscos de eclâmpsia, endometrite puerperal e infeções sistêmicas, do que as mulheres com idade entre 20–24 anos.⁷ Além disso, adolescentes de 15 a 19 anos têm duas vezes mais probabilidade de falecer durante a gravidez ou o parto do que as mulheres com mais de 20 anos, sendo que meninas com menos de 15 anos têm cinco vezes mais hipóteses de falecer.

Compromissos e oportunidades globais e regionais

Várias estruturas globais e internacionais foram adotadas para acabar com o casamento infantil e outras práticas prejudiciais, incluindo a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), de 1994. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5.3 das Nações Unidas exige a eliminação de todas as práticas prejudiciais, tais como casamento infantil precoce e forçado e a mutilação genital

1 ONU Mulheres 2019, *Eliminação de casamentos infantis no Malawi e na Zâmbia e oferta de bolsas de estudo para sobreviventes ao casamento infantil*, projeto piloto. Duração do projeto: 1 ano (a partir de abril de 2019).

2 Ibid.

3 União Africana (2019), *Plano Estratégico de Cinco Anos para a Eliminação do Casamento Infantil (2019-2023)*. O Plano Estratégico de 5 anos para a Eliminação do Casamento Infantil em África da UA (2019-2023) visa pôr em prática um conjunto de atividades abrangentes, coordenadas e de esforço mútuo para galvanizar e acelerar as ações dos estados-membros, parceiros e comunidades para acabar com o casamento infantil. O plano visa, entre outros aspetos, aumentar a consciência continental sobre os impulsionadores e as implicações do casamento infantil, mobilizar as principais partes interessadas, parceiros e comunidades e catalisar políticas, ações programáticas e ativismos para lidar com normas sociais negativas, com a desigualdade de género, com a promoção e a proteção dos direitos da criança e com a prevenção do casamento infantil.

4 Ibid.

5 Fonte: <http://blogs.worldbank.org/education/rippling-economic-impacts-child-marriage> (último acesso a 2 de setembro de 2020).

6 Human Rights Watch, (2014) *I've never experienced happiness: Child marriage in Malawi*. <https://www.hrw.org/report/2014/03/06/ive-never-experienced-happiness/child-marriage-malawi> (último acesso a 2 de setembro de 2020)

7 <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy>

feminina. Tanto o Malawi como a Zâmbia aderiram a estas estruturas.

A União Africana (UA) liderou os esforços continentais para acabar com o casamento infantil e a mutilação/corte genital feminino e desenvolveu vários quadros normativos para a eliminação do casamento infantil e da M/CGF em África. Órgãos regionais e sub-regionais também desenvolveram quadros normativos complementares, incluindo a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (artigo 21), o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (artigo 6), a Carta da Juventude Africana (artigo 8), o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento (artigo 8), a Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Proteção de Crianças Casadas (2016) e o Quadro Estratégico da CEDEAO para o Fortalecimento dos Sistemas Nacionais de Proteção à Criança. Apesar dos sucessivos compromissos com políticas e estruturas institucionais, muito ainda precisa de ser feito para alcançar os objetivos estabelecidos.

Num esforço para melhorar a vida de milhões de meninas e promover a implementação destas estruturas, a UA lançou a sua primeira campanha continental para acabar com o casamento infantil em África, a 29 de maio de 2014, durante a 4a. Conferência de Ministros de Desenvolvimento Social da UA. A duração da campanha foi alargada até 2023.⁸ Através do lançamento de campanhas nacionais, a UA procura reforçar os compromissos políticos existentes, promovendo a igualdade e a proteção de mulheres e meninas através de parcerias estratégicas no âmbito regional, constituindo OSCs, agências das Nações Unidas,⁹ ONGs internacionais, comunidades económicas regionais (RECs) e parceiros de desenvolvimento. O compromisso da UA incorporou uma componente de monitoria e avaliação mais forte para medir o impacto das atividades regionais e para garantir o maior envolvimento de sobreviventes ao casamento infantil no desenvolvimento de políticas e processos de planeamento, bem como assegurar o acesso a uma documentação sistemática e a promoção de práticas promissoras e histórias de sucesso em direção à eliminação do casamento infantil em África.

8 União Africana (2019) *Plano Estratégico de Cinco Anos para a Eliminação do Casamento Infantil (2019-2023)*.

9 Programa Global do PNUD-UNICEF para Acelerar a Ação pela Eliminação do Casamento Infantil 2016–2019, Programa Conjunto do PNUD-UNICEF sobre MGF e Programa Regional pela Eliminação do Casamento Infantil e da MGF.

A Campanha da UA pela Eliminação do Casamento Infantil em África, durante a sua implementação de cinco anos, obteve ganhos notáveis na promoção do fim do casamento infantil no continente, desde o reforço do quadro normativo até ao reforço do compromisso político de vários estados-membros da UA. A campanha contou com a boa vontade e o entusiasmo de parceiros e doadores nacionais, regionais e globais, e alcançou uma determinação renovada em termos do alcance de resultados locais, onde os esforços precisam de ser intensificados para catalisar mudanças positivas nas vidas das meninas.

Em 2015, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana adotaram formalmente uma Posição Comum Africana sobre a Campanha da UA pela Eliminação do Casamento Infantil em África (Posição Comum da UA). A Posição Comum da UA exorta todos os estados-membros a, entre outros objetivos, (i) desenvolver estratégias e planos de ação nacionais com vista a eliminar o casamento infantil; (ii) promulgar e implementar leis que estabeleçam a idade mínima legal para o casamento a partir de 18 anos, sem exceções e aplicável em todos os sistemas jurídicos; e (iii) implementar todas as políticas continentais e instrumentos legais relativos aos direitos humanos, igualdade de género, saúde materno-infantil e práticas tradicionais prejudiciais, visando o empoderamento e a participação de meninas e mulheres no desenvolvimento.

Contexto nacional político e legislativo: Malawi e Zâmbia

O Malawi e a Zâmbia¹⁰ têm as taxas mais elevadas de casamentos infantis. No entanto, os governos do Malawi e da Zâmbia têm sido os principais líderes continentais e globais no esforço para erradicar o casamento infantil, com progressos demonstráveis aos níveis nacional e comunitário. O Presidente da República da Zâmbia, a Sua Excelência o Presidente Edgar Lungu, na qualidade de Defensor Presidencial da UA pela eliminação do casamento infantil, organizou a Primeira Cimeira das Meninas Africanas, em Lusaca, na Zâmbia, em novembro de 2015. Ambos os países lançaram estratégias nacionais e campanhas para acabar

10 Na Zâmbia 31% das mulheres com idade entre 20-24 anos casaram-se antes dos 18 anos. No Malawi, aproximadamente 1 em cada 2 meninas casou-se antes dos 18 anos. United Nations Children's Fund (UNICEF) (junho de 2016) *State of the World's Children: A Fair Chance for every Child*, UNICEF https://www.unicef.org/publications/files/UNICEF_SOWC_2016.pdf (último acesso a setembro de 2020).

com o casamento infantil, bem como lideraram processos de reforma legal e convocaram plataformas de diálogo nas Cúpulas da UA e nas sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, através dos seus Chefes de Estado, sinalizando que uma vontade política ao mais alto nível é fundamental para o cumprimento dos ODS,

especificamente o ODS 5 e a galvanização de intervenções multissetoriais.¹¹

TABELA 1

Contexto nacional político e legislativo:

Malawi:

Malawi A Lei de Casamento, Divórcio e Relações Familiares (2015) define a idade mínima de casamento aos 18 anos para meninos e meninas, sem o consentimento dos pais. Esta lei reconhece todos os casamentos, incluindo civis, religiosos e consuetudinários e casamentos por reputação ou coabitação permanente. Em 2017, o Parlamento do Malawi alterou a Constituição para remover a disposição que permitia que crianças entre 15 e 18 anos se casassem com o consentimento dos pais. Este foi um marco significativo, pois alinhou a Lei de Casamento, Divórcio e Relações Familiares com a Constituição. A alteração constitucional foi estimulada através do engajamento e do ativismo de jovens, e recebeu o apoio do Presidente e da Primeira-Dama do Malawi. Os chefes locais também anulam casamentos infantis ao nível distrital. Embora a lei estatutária tenha a capacidade de invalidar e declarar como ilegal qualquer outra lei que seja prejudicial, uma implementação, aplicação e monitoria fracas das disposições legais existentes nos níveis de base permite que práticas tradicionais, religiosas ou sociais prejudiciais continuem sem consequências legais. Além disso, os estatutos comunitários e os tribunais informais não estão alinhados com a legislação estatutária, mas são amplamente utilizados em áreas rurais.

O Malawi possui uma Estratégia Nacional pelo Fim do Casamento Infantil (2018-2023) que é liderada pelo Ministério de Género, Crianças, Deficiência e Bem Estar Social (MoGCDSW). A estratégia visa reduzir a prevalência do casamento infantil no Malawi em 20% até 2023. É utilizada uma

abordagem multissetorial que procura capacitar as meninas através do aumento das oportunidades económicas, do regresso à escola, da redução da taxa de abandono escolar e da sua manutenção na escola até ao ensino médio. O objetivo é aumentar a capacidade das agências de aplicação da lei, aumentando o número de serviços de proteção à criança, tais como grupos de apoio às vítimas, funcionários diretos de proteção à criança, instalações para crianças (Children's Corners) etc., incentivando o diálogo com a comunidade. A estratégia tem como foco disponibilizar informações e serviços de saúde e direitos sexuais e reprodutivos específicos para jovens, assistência médica e apoio psicossocial adequados para sobreviventes ao casamento infantil.

Zambia:

Está em uso um sistema jurídico duplo que reconhece tanto a lei tradicional como a legislação estatutária. Embora a Lei do Casamento (1964) estabeleça que a idade legal do casamento é de 21 anos e que o consentimento dos pais é permitido para pessoas com 16 anos ou mais, essas disposições não são aplicadas na lei tradicional (que é comumente usada em áreas rurais), onde as crianças podem casar-se a partir da idade da puberdade. De acordo com o artigo 266 da Constituição, uma criança é definida como uma pessoa com 18 anos ou menos, enquanto um adulto é uma pessoa com 19 anos ou mais. Não há uma declaração explícita sobre a idade mínima legal para o casamento e, na maioria dos casos, a lei tradicional é geralmente mantida pelos tribunais, a menos que viole a Constituição ou a lei estatutária. Uma Lei do Casamento (2015)

¹¹ ONU Mulheres 2019, *Eliminação de casamentos infantis no Malawi e na Zâmbia e oferta de bolsas de estudo para sobreviventes ao casamento infantil*, projeto piloto financiado pela IBSA.

que abrange várias formas de casamento, incluindo casamentos civis, religiosos e tradicionais foi redigida, mas ainda não foi aprovada.

A Zâmbia possui uma Estratégia Nacional de Eliminação do Casamento Infantil (2016-2021) com o objetivo de reduzir os casamentos infantis em 40% até 2021, usando uma abordagem multisetorial. A implementação dessa estratégia é conduzida por uma Unidade Nacional de Coordenação do Ministério de Género, que conta com uma Secretaria de 11 ministérios, que acompanhará o progresso regularmente. O país também tem uma Estratégia Nacional de Promoção e Comunicação para o Fim do Casamento Infantil na Zâmbia (2018-2021), que foi desenvolvida para aprimorar a implementação da Estratégia Nacional de Eliminação do Casamento Infantil. O objetivo principal é

“facilitar mudanças positivas nas atitudes, comportamentos, crenças e práticas predominantes que contribuem para a prática do casamento infantil”. As atividades de defesa dessa causa serão ministradas através de seis abordagens estratégicas: 1) fortalecimento da capacidade de jovens, pais e membros da comunidade; 2) engajamento dos meios de comunicação; 3) mobilização social, incluindo pessoas que servem como exemplos; 4) engajamento comunitário com líderes e conselhos tradicionais e religiosos e participação de jovens; 5) defesa da causa, incluindo atividades nacionais, provinciais, distritais e comunitárias voltadas para líderes, organizações e tomadores de decisão; 6) estabelecimento de mecanismos de coordenação para a implementação, monitoria e avaliação das atividades de promoção e comunicação.

II. INTERVENÇÕES

Os governos do Malawi e da Zâmbia assumiram compromissos para acabar com o casamento infantil. Com foco na educação, foram implementadas intervenções para garantir a reforma da lei e abordar normas sociais negativas para acabar com o casamento infantil e promover os direitos humanos das sobreviventes ao casamento infantil. Acabar com o casamento infantil teria um grande efeito positivo na educação das meninas e dos seus filhos. Além disso, aumentaria os ganhos esperados e o bem estar das mulheres. As evidências da Zâmbia são claras:

Entre as famílias em que o casamento infantil não ocorreu, os fatores que impediram ou atrasaram o casamento infantil incluíram: nível de educação dos pais, acesso e disponibilidade de uma educação de qualidade, forte liderança comunitária, envolvimento em atividades geradoras de rendimento, presença de exemplos, conhecimento/compreensão de questões relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva, oportunidades de desenvolvimento pessoal e recreação seguras e respeitadas e ordem na família: harmonia familiar e diálogo dentro da família sobre questões delicadas.¹²

Dado este contexto, as evidências disponíveis e o apoio do programa de Alívio da Pobreza e da Fome na Índia,

no Brasil e na África do Sul (fundo da IBSA),¹³ a ONU Mulheres¹⁴, em parceria com a UA, agências da ONU, Ministérios e OSCs, colaborou com líderes tradicionais/religiosos, instituições dos meios de comunicação e sobreviventes ao casamento infantil, em direção a um resultado geral relacionado com a redução dos casamentos infantis no Malawi e na Zâmbia. Ao adotar uma abordagem multifacetada, a ONU Mulheres trabalha para trazer mudanças catalíticas na vida das meninas, através da assistência técnica às principais partes interessadas, de atividades de defesa da causa e de mobilização social para enfrentar normas sociais

12 Ibid.

13 Fonte: ONU Mulheres. O projeto da IBSA “Eliminação de casamentos infantis no Malawi e na Zâmbia e oferta de bolsas de estudo para sobreviventes ao casamento infantil” é financiado pelo Programa de Alívio da Pobreza e da Fome na Índia, no Brasil e na África do Sul, através da Cooperação Sul-Sul da ONU (UNSSC). Os dois resultados esperados do projeto são: que os governos do Malawi e da Zâmbia apliquem a legislação nacional para erradicar os casamentos infantis aos níveis nacional e local e que transformem os resultados do projeto em comunicação estratégica, convocação de reuniões e documentação visando a partilha de melhores práticas através da União Africana, para, dessa forma, tornar esta abordagem regional”.

14 ONU Mulheres [é a entidade das Nações Unidas](#) dedicada à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Defensora global de mulheres e meninas, a ONU Mulheres foi criada para acelerar progressos no cumprimento das necessidades de mulheres e meninas em todo o mundo.

negativas, garantindo também um melhor acesso a uma segunda hipótese de educação. A abordagem é guiada por três estratégias amplas de mudança que

foram concebidas para a implementação do projeto piloto e para alcançar comunidades e sobreviventes ao casamento infantil:

RESULTADOS		
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorias num ambiente legislativo e político que promova o acesso à educação para sobreviventes ao casamento infantil e indivíduos em risco de casamento infantil; • Adoção de normas sociais, atitudes e comportamentos que favoreçam o investimento na educação das sobreviventes ao casamento infantil e os direitos das crianças para, dessa forma, evitar a violência contra mulheres e meninas; • Expansão do acesso a serviços essenciais de qualidade para sobreviventes ao casamento infantil; • Aprendizagem Sul-Sul através da partilha de conhecimentos sobre a eliminação do casamento infantil e a provisão de uma segunda hipótese de educação. 		
OBJETIVOS		
Reforço de capacidades	Assistência técnica	Mobilização social
<ul style="list-style-type: none"> • Instituições para implementar legislação que visa a eliminação de casamentos infantis e políticas de reingresso escolar; • Instituições civis e formais que defendam a prevenção do casamento precoce; • Sobreviventes ao casamento infantil com uma melhor compreensão e capacidade para exercer os seus direitos a serviços essenciais de qualidade e articular os seus direitos; • Prestadores de serviços que fornecem serviços essenciais coordenados e de qualidade para sobreviventes ao casamento infantil; • Utilização de programas de mentoria que visam defender relações de respeito, a erradicação do casamento infantil e a igualdade de género aos níveis individual e comunitário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ferramentas/diretrizes para melhorar a qualidade dos serviços essenciais para sobreviventes ao casamento infantil, ampliar o acesso a esses serviços e o uso de vias de encaminhamento para esses serviços; • Desenvolver uma triagem para facilitar o processo seletivo de oferta de bolsas de estudo para crianças sobreviventes casadas; • Desenvolver e integrar programas que abordam casamentos infantis precoces e a violência de género (VG) na educação formal e não formal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientizar e aprender sobre o combate ao casamento infantil e à violência de género no âmbito comunitário; • Entregar aos distritos dos projetos a responsabilidade de liderar e coordenar intervenções e facilitar a identificação das sobreviventes de casamento infantil; • Abordar normas sociais negativas para acabar com o casamento infantil e promover a igualdade de género, engajando líderes tradicionais e comunitários; • Fortalecer mecanismos de responsabilização no combate ao casamento infantil.

III. O QUE ESTAMOS A APRENDER?

A transformação da vida dos pais, dos responsáveis e das meninas para que alcancem autossustentabilidade através do empoderamento é essencial para abordar os impulsionadores do casamento infantil e melhorar a saúde e o bem estar das meninas e sobreviventes ao casamento infantil.

As bolsas da IBSA estão a mudar o discurso de vulnerabilidade em torno das meninas: A norma social dominante é que as meninas são um fardo para as famílias, não têm poder de agir e são dependentes. O projeto piloto da IBSA que financia a oferta de bolsas de estudo direcionadas a meninas sobreviventes ao casamento infantil questiona esse discurso de vulnerabilidade através da eliminação da desculpa de remover meninas da escolaridade devido a casamento ou gravidez. Os resultados são positivos, gerando entusiasmo

tanto para meninas como para mulheres, em relação às oportunidades que estão a ser ampliadas em termos de aprendizagem, bem como novas habilidades e a abertura de novas possibilidades. O projeto piloto cumpriu rapidamente a sua meta de fornecer 1.223 bolsas de estudo e 555 bicicletas para sobreviventes ao casamento infantil para facilitar o transporte das meninas que vivem mais distantes das escolas na Zâmbia, e 720 bolsas de estudo e 520 bicicletas para meninas no Malawi. No Malawi, 700 são meninas que

frequentam a escola e 20 são mulheres jovens que desenvolverão habilidades vocacionais. As bolsas incluem taxas escolares, o fornecimento de material escolar e uniformes. Na Zâmbia, as bolsas estendem-se a sapatos escolares, livros e taxas de internato. Os processos seletivos são transparentes e incluem o engajamento com comitês de bolsas distritais, líderes tradicionais e partes interessadas ao nível comunitário e a utilização de ferramentas de triagem. Estas ferramentas foram desenvolvidas de forma colaborativa com membros da comunidade.

A captação de bolsas é muito bem sucedida. Há um aumento na procura por meninas e jovens que abandonaram a escola devido ao casamento infantil ou gravidez, que agora desejam voltar à escola. Há pedidos para estender o programa para mais escolas e áreas. As mulheres que antes faltavam à escola agora procuram inclusão. Pais, responsáveis e meninas começam agora a entender como as meninas se podem destacar educacionalmente e se tornarem defensoras da causa, quando são apoiadas. Claramente, hoje existe o reconhecimento do alto valor da educação e um desejo de educação em contextos onde os desafios socioeconómicos têm dificultado o acesso à escolaridade. Uma boa prática foi a inclusão e o posicionamento de 6 beneficiárias das bolsas da IBSA como parceiras, exemplos e potentes defensoras num processo de consulta regional da AU para o desenvolvimento da Fase 2 do Plano Estratégico Continental da AU, para acelerar a ação pelo fim do casamento infantil (2019-2023), realizada em Joanesburgo, África do Sul, em dezembro de 2019. A participação regional e as consultas não só fortaleceram o Plano Estratégico através de contribuições práticas, mas também promoveram a aprendizagem Sul-Sul nos estados-membros da UA. A evidência fornecida por uma sobrevivente de casamento infantil no Malawi é bastante clara e destaca a possibilidade de maior autonomia para as meninas:

Disseram-me que a minha única opção de sobrevivência era casar-me rapidamente, como as minhas irmãs mais velhas tinham feito. Eu vejo as vantagens da escola e vejo a diferença que a escola pode fazer na vida de alguém. Eu entendo muitas coisas e posso comunicar-me melhor do que uma menina que não frequentou a escola. Atualmente, estou a poupar dinheiro para começar um negócio de venda de roupas. Pesquisei e escrevi um plano de negócios para certificar-me de que o meu negócio será bem sucedido. (Edith Juma é uma sobrevivente ao casamento infantil precoce de Salima, no Malawi central)

Houve, no entanto, consequências inesperadas com o aumento do reingresso/retenção de meninas nas escolas, tais como instalações lotadas e inadequadas para lidar com o aumento da população estudantil como resultado das bolsas. A procura por apoio a bolsas permanecerá elevada em contextos nos quais a criança é uma fonte de aquisição de bens em comunidades economicamente negligenciadas, onde há poucas escolas, onde as distâncias são grandes e onde a provisão de atendimento e segurança para as meninas é inadequada. Daqui para a frente, isso exigirá a consciencialização comunitária sobre outros programas de empoderamento feminino existentes e o aproveitamento desses esforços para expandir o acesso às meninas.

O engajamento da comunidade aumenta o controlo local das intervenções contra o casamento infantil: O projeto piloto Eliminação de casamentos infantis no Malawi e na Zâmbia e oferta de bolsas de estudo para sobreviventes ao casamento infantil estabeleceu, com sucesso, as bases para:

- Identificar os principais distritos¹⁵ com a maior prevalência de casamentos infantis;
- Compreender a especificidade dos contextos das intervenções através de conversas comunitárias;
- Destacar o quão vital é envolver guardiões (gatekeepers) com poder comunitário, tais como líderes culturais e religiosos, para que mudanças sejam concretizadas;
- Compreender a importância crítica do fortalecimento das plataformas multisetoriais locais (descrito abaixo) para facilitar conversas participativas na comunidade, a participação comunitária e o planeamento e apoio da intervenção.

O trabalho preliminar das intervenções criou um acordo coletivo e uma consciencialização geral da magnitude e das diferenças na prática do casamento infantil. Além disso, garantiu a adesão da comunidade e trouxe o reconhecimento dos vários contextos motivadores das práticas de casamento infantil, que exigem diversas intervenções para alcançar a sua eliminação. Por exemplo, jovens sobreviventes ao casamento infantil estão a receber formação de mentoria que amplifica as suas vozes. Isto é realizado através de sessões de mentoria individual para as meninas que frequentam a escola, tanto em escolas primárias como secundárias.

¹⁵ Distritos de Salima e Dedza, no Malawi. Distritos de Mpulungu e de Chama, na Zâmbia.

As atividades de mentoria fornecem também um fórum para as meninas se relacionarem, tornarem-se amigas, irmãs e defensoras/guardiãs mútuas e apoiarem a conclusão da sua educação.

A narrativa do casamento infantil, principalmente em relação a meninas adolescentes solteiras, deve agora ser expandida para abranger as meninas que têm mais de 18 anos e querem permanecer no casamento, mas precisam de meios de subsistência, ou que são adolescentes viúvas, ou possuem deficiências, ou são solteiras e/ou mães. Além disso, há meninas que optam por casar contra a vontade dos pais/responsáveis, sobretudo devido à falta de oportunidades. É ainda necessário considerar como incluir meninos para fortalecer normas sociais, atitudes e comportamentos favoráveis em relação às meninas.

As conversas comunitárias destacaram essas diversas experiências de vulnerabilidade exacerbada por choques ambientais, incertezas futuras e riscos para a subsistência enfrentados pelas comunidades rurais. Estas condições intensificam as desigualdades e ameaçam os direitos e o bem estar das meninas.

A expansão das fontes de subsistência comunitária contribui para a viabilidade e a sustentabilidade do projeto de bolsas de estudos:

Um novo desafio são as possíveis tensões produzidas entre as meninas não bolsistas, mas carentes, nas comunidades rurais visadas. As partes interessadas do projeto precisarão começar a explorar métodos para expandir a intervenção inicial de bolsas de estudo, apoiando a construção de ativos para as famílias e para as escolas vulneráveis afetadas. As escolas do projeto estão a tornar-se locais piloto para o desenvolvimento de habilidades e experiências empreendedoras. No Malawi e na Zâmbia, o enfoque tem sido estabelecer bases através do desenvolvimento de competências de empreendedorismo, gestão de negócios e capacitação voltada para as beneficiárias do projeto. No entanto, atualmente isso exclui pacotes financeiros.

Para este fim, o projeto piloto na Zâmbia começou a apoiar uma variedade de iniciativas criativas,¹⁶ que vinculam escolas e famílias a esquemas agrícolas e

¹⁶ A Dytech Limited, uma empresa do agronegócio, está a fornecer apoio a grupos vulneráveis através do empoderamento económico. A empresa enfatizará a capacitação de comunidades e escolas rurais para que tenham receitas sustentáveis e acesso a mercados estrangeiros para escoamento dos seus produtos.

empresariais que criam oportunidades de subsistência e fornecem apoio para a educação de meninas. Dependendo daquilo no qual as famílias escolherem investir, o projeto da IBAS apoiará a capacitação em empreendedorismo e o fornecimento de equipamentos através do programa ADVANCE e a empresa Dynamic Technologies, liderado pelo Ministério de Género. O Ministério de Género e a Dynamic Technologies (Dytech) estabeleceram uma parceria com o projeto da IBAS para garantir a sustentabilidade do projeto. Surgiu a ideia de que as escolas podiam funcionar como centros de aprendizagem tanto para quem está na escola (alunos), como fora dela (pais/responsáveis). No entanto, essa abordagem de aprendizagem exigiria a inclusão de todas as escolas de um distrito para, dessa forma, maximizar o acesso. Além disso, embora as escolas selecionadas pelo projeto atual estejam a adotar habilidades de empreendedorismo, o seu sucesso dependerá do apoio do governo em termos da oferta de serviços de extensão, apoio de formação de habilidades e vínculos com mercados, algo que exigirá parcerias contínuas da ONU Mulheres nas fases iniciais. É importante ressaltar que esses empreendimentos deverão ser de baixo custo e autossustentáveis. Em alguns casos, exigirão que as escolas tenham acesso a terras e uma garantia de posse suficiente para o estabelecimento de atividades empresariais.

A sustentabilidade do projeto da IBAS é uma grande preocupação tanto para os responsáveis como para as meninas. Se o apoio terminar muito cedo, pode enviar uma mensagem negativa para outras meninas, pois elas simplesmente voltarão para as suas vidas anteriores, o que demonstrará a outras meninas que foram casadas, que não é possível voltarem para a escola e, realmente, concluírem os seus estudos (Distrito de Chama, Zâmbia – Ministério de Desenvolvimento Comunitário e Serviços Sociais).

Durante a duração do projeto, foram feitos esforços para defender, junto do governo e de outros parceiros, a adoção de programas e abordagens semelhantes na oferta de uma segunda oportunidade na educação, para promover a sua sustentabilidade. Outros esforços para obter recursos incluem: trabalhar com outros projetos complementares, como a Iniciativa Spotlight (SI) e o programa de Empoderamento Económico da Mulher

(WEP), e esforços para apoiar as mulheres através de iniciativas de Poupança e Empréstimo em Aldeias no Malawi. Na Zâmbia, o desenvolvimento de estratégias distritais para acabar com o casamento infantil definirá que outras estratégias podem ser usadas.

A importância crítica de plataformas e parcerias multissetoriais: O projeto piloto definiu o aproveitamento das estruturas existentes nos distritos e o fortalecimento dessas estruturas locais como a chave para garantir uma ampla gama de respostas críticas e interligadas, necessárias para lidar com o casamento infantil. Estas respostas incluirão a recolha de dados/informações necessárias, a coordenação de respostas e o apoio às ações necessárias para lidar com o casamento infantil. As plataformas multissetoriais em andamento, conhecidas como Comitês Distritais ou Comunitários, incluem representantes do Ministério de Género, do Departamento de Desenvolvimento Comunitário, do Departamento de Bem Estar Social, Saúde e Educação, do Ministério de Assuntos Tradicionais e de Agricultura, do setor Judiciário, da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Equidade e Igualdade de Género, de unidades policiais de apoio às vítimas e organizações religiosas e de jovens (homens e mulheres jovens). Os seus papéis emergentes neste projeto piloto são o reconhecimento da importância dos serviços de saúde e proteção, o acesso à formação e aprendizagem, o acesso a recursos e capacidades de empreendimento para as meninas e as suas famílias vulneráveis e mensagens consistentes, coordenadas e partilhadas em direção à eliminação do casamento infantil em todos os setores. Faltam capacidade, responsabilidade e fiscalização para lidar com o casamento infantil. O projeto piloto apresentou uma oportunidade para começar a abordar essas lacunas no futuro. Uma abordagem multissetorial reconhece o poder das parcerias que são fundamentais para direcionar e resolver problemas, criando sinergias e trazendo diversas perspectivas e conjuntos de habilidades. O desenvolvimento de vias de encaminhamento, através de um processo consultivo, também traz o controlo e a integração das opções de caminho para fortalecer a coordenação e o acesso a serviços para sobreviventes ao casamento infantil. O atual planeamento de ação dos Comitês Distritais e Comunitários é um passo na direção certa para institucionalizar a sua capacidade de responder e lidar com o casamento infantil. Um exemplo de boa prática foi ilustrado pela liderança e criatividade do Comité Distrital da Província de Chama-Muchinga, na Zâmbia,

ao criar ideias para uma microempresa que é incentivada pelos objetivos da IBAS e que se candidatará a financiamento.¹⁷

Líderes tradicionais e religiosos como agentes de mudança: As partes interessadas da comunidade são as primeiras a responder ao casamento infantil. O papel dos líderes tradicionais é muito importante para desafiar o casamento infantil. A campanha da UA pela Eliminação do Casamento Infantil destaca a importância de trabalhar com líderes tradicionais e religiosos, uma vez que a tradição e a religião são os mais fortes facilitadores do casamento infantil.¹⁸ De acordo com a campanha da UA, a ONU Mulheres apoiou compromissos com instituições tradicionais e culturais para melhorar a sua compreensão e capacidade de abordar questões de género, esclarecendo os desafios legais para meninas e mulheres vulneráveis e ampliando os esforços e estratégias implementados por líderes tradicionais para acabar com o casamento infantil.¹⁹ Por exemplo, tanto no Malawi como na Zâmbia, “para responder aos esforços do governo, os líderes tradicionais em alguns distritos desenvolveram normas sociais informais que são chamadas de “estatutos comunitários” que, entre outras coisas, anulam os casamentos infantis e reduzem o índice de abandono escolar”. Estes esforços coletivos são altamente respeitados e fornecem um senso de responsabilidade própria às

17 Ele propõe e enfoca a capacitação económica inicial de (1000) famílias e (5) escolas com sobreviventes ao casamento infantil, através de subsídios em espécie para pequenos empreendimentos pecuários. Tem como objetivo contribuir para os esforços do programa do Fundo da IBAS.

18 A Estratégia Africana da ONU Mulheres e a Iniciativa Regional de apoio ao Conselho de Líderes Tradicionais de África (COTLA/CONATA) adotam uma abordagem de baixo para cima em relação a normas sociais negativas e ao fim do casamento infantil, envolvendo líderes tradicionais. Para este fim, a ONU Mulheres também desenvolveu parcerias estratégicas com a Comissão da UA, a SADC, a CEDEAO, a EAC, a IGAD, o Parlamento Pan-Africano e outros órgãos e instituições regionais e continentais, fornecendo apoio técnico para fortalecer a governança e a capacidade operacional do COTLA/CONATA e apoiando o desenvolvimento de um sistema robusto de monitoria e avaliação para obter um efeito catalítico em direção ao fim do casamento infantil.

19 UN Women (2018), *Traditional Leaders meet in Blantyre to address child marriage in Africa*. <https://africa.unwomen.org/en/news-and-events/stories/2018/10/traditional-leaders-in-malawi>



comunidades. No entanto, tais esforços precisavam estar alinhados com a Constituição do Malawi.²⁰

Reforma legal e política é algo fundamental para os esforços em acabar com o casamento infantil:

Embora as leis e as políticas que tratam do casamento infantil e do reingresso escolar estejam no topo da agenda no Malawi e na Zâmbia, existe um reconhecimento de que a lei e as respostas punitivas por si sós não abordarão suficientemente o problema do casamento infantil. Os impedimentos sociais, culturais e económicos que sustentam o casamento infantil precisam ser abordados simultaneamente. Além disso, os esforços do projeto, atualmente em andamento, para harmonizar os costumes e as leis estatutárias, destacam a necessidade de processos consultivos com as comunidades, que podem começar a construir uma cultura de direitos humanos, garantir que as comunidades e os indivíduos estejam cientes dos seus direitos legais e facilitar o acesso aos sistemas jurídicos. As reformas constitucionais também devem garantir a igualdade de género, os direitos das crianças e a necessidade de capacitar os órgãos judiciais para que

possam desenvolver leis consuetudinárias de acordo com princípios constitucionais e padrões internacionais de direitos humanos. Embora a Zâmbia tenha uma política de retenção e reingresso escolar para meninas grávidas e o Malawi tenha uma política de “readmissão de alunos”, os esforços devem ser direcionados para o fortalecimento da consciencialização e das capacidades para a implementação da legislação sobre o fim do casamento infantil e o reingresso escolar em ambos os países. Obstáculos permanecem em termos da falta de recursos adequados, infraestruturas judiciais, equipas jurídicas e unidades de apoio às vítimas.

A prestação de serviços essenciais e de espaços seguros oferecem redes de segurança:

A necessidade de construir ativos sociais, económicos e de saúde para sobreviventes ao casamento infantil aumenta a disponibilidade de opções e redes de segurança para as meninas. Circunstâncias como gravidez precoce e pobreza, que levam ao casamento infantil e ao encargo imposto por responsabilidades conjugais, são geralmente traumatizantes, causando impactos no bem estar psicológico e na saúde mental das meninas que se casam precocemente. Por consequência, quando as sobreviventes ao casamento infantil regressam à escola, é provável que elas enfrentem vários desafios psicossociais que afetam o seu desempenho. As recomendações pediam o fortalecimento dos serviços oferecidos por oficiais de proteção à criança e guardiões da comunidade [gate-keepers], tais como membros de grupos de mães. Desta forma, os projetos piloto priorizaram a disponibilização de serviços essenciais para abordar o impacto do casamento infantil como uma ameaça à segurança e à saúde de meninas adolescentes, com vários níveis de resultados.



²⁰ Governo do Malawi. (2020) *Awareness Handbook on Child and Gender Related Laws*, Lilongwe, Malawi. O “quadro regulamentar comunitário” trata de questões que são, de forma substancial e abrangente, previstas por várias leis, juntamente com as sanções em caso de violação. [...] Os líderes tradicionais não têm autoridade ou poder para presidir e determinar questões ou assuntos decorrentes de violações legais, conforme o contemplado na estrutura do estatuto da comunidade. Em vez disso, o poder e a autoridade para julgar e determinar disputas ao abrigo das várias leis são atribuídos aos tribunais de acordo com as disposições da Constituição”. O Manual será lançado em 2020.

Resumo dos resultados, desafios e lições aprendidas

Para melhorar a prestação de serviços essenciais de qualidade, o projeto piloto financiado pela IBAS alcançou o seguinte:	Sucessos, desafios e lições na prestação de serviços essenciais no Malawi/ Zâmbia	
	Malawi	Zâmbia
Facilitou a identificação de serviços essenciais para o combate ao casamento infantil, em primeiro lugar, através da revisão ou do desenvolvimento, conforme necessário, de diretrizes sobre a prestação de serviços essenciais para sobreviventes ao casamento infantil.	Atividade atualmente a ser finalizada pelo parceiro de implementação (Malawi Interfaith Aids Association).	A Zâmbia, através da ONU Mulheres e do Ministério de Género, desenvolveu, conforme necessário, diretrizes sobre a prestação de serviços essenciais para sobreviventes ao casamento infantil. No entanto, elas ainda precisam ser fortalecidas, pois os provedores de serviços estavam apenas a começar a entender o que se esperava deles. Se o fortalecimento não for alcançado, este bom processo já iniciado pode ser perdido.
Capacidades reforçadas dos prestadores de serviços que fornecem serviços essenciais coordenados e de qualidade para sobreviventes ao casamento infantil.	Capacitação de funcionários de proteção à criança, líderes tradicionais e religiosos no registo de certidões de casamento.	Fortalecimento das capacidades dos provedores de serviços. No entanto, essas capacidades precisam ser ampliadas, pois apenas um número mínimo de provedores de serviços foi treinado tanto em Mpulungu (10) quanto em Chama (11).
Desenvolvimento de mecanismos de encaminhamento e sensibilização sobre as vias de redirecionamento para serviços essenciais.	O Manual de Consciencialização Comunitária é uma ferramenta fundamental desenvolvida no âmbito do projeto para fortalecer o tratamento e o encaminhamento de casos ao nível da Autoridade Tradicional, de acordo com as disposições da legislação nacional.	Embora isso tenha sido alcançado, é necessário monitorar como é que as habilidades estão a ser utilizadas. Como a atividade foi implementada no final do projeto piloto, o tempo foi insuficiente para realmente avaliar a sua eficácia. Basta dizer que a consciencialização foi alcançada.
Apoio ao desenvolvimento de clubes de habilidades para a vida voltados a sobreviventes ao casamento infantil em instituições de ensino para que elas compreendam e exerçam os seus direitos a serviços essenciais de qualidade.	A criação de clubes de meninas coordenados pelo MAGGA tem sido fundamental na orientação de sobreviventes ao casamento infantil e para capacitá-las em diferentes habilidades de vida e permitir a conclusão da educação. Com a inclusão de modelos de comportamento, as meninas são inspiradas e motivadas a não se casarem e a terem acesso à educação.	O projeto tem apoiado com sucesso o desenvolvimento de clubes de habilidades para a vida para sobreviventes ao casamento infantil.
Integração de informações e serviços de saúde, saúde sexual e reprodutiva e jurídicos para facilitar o acesso e utilização de serviços holísticos fornecidos a sobreviventes ao casamento infantil.	A sensibilização e a conscientização sobre informações legais para membros da comunidade tem ajudado as comunidades a lidarem com casos de casamento infantil e violência de género que ocorrem nos distritos-alvo.	Isto foi facilmente alcançado devido à abordagem adotada no início do projeto piloto. Os Comitês Multissetoriais Distritais da IBAS que foram formados em Chama e Mpulungu tornaram a implementação do projeto piloto muito fácil de alcançar. Isso ocorreu porque o comité era constituído por diferentes instituições e organizações que trouxeram para a equipa diferentes habilidades. A natureza multissetorial do grupo também fez com que os vínculos fossem muito mais fáceis. Professores de orientação e aconselhamento escolar possibilitaram que as sobreviventes ao casamento infantil fossem vinculadas a serviços de saúde sexual e reprodutiva. As sobreviventes ao casamento infantil e as suas famílias também tiveram acesso à Unidade de Apoio à Vítima para questões jurídicas.

Tanto no Malawi como na Zâmbia, a introdução do modelo de espaços seguros²¹ é uma prática promissora que oferece apoio técnico a mentores e facilita a orientação e o apoio de colegas, disponibilizado às beneficiárias das bolsas, professores e membros do grupo de mães.

Diversificar as atividades de comunicação é fundamental para uma maior visibilidade e controlo local das intervenções:

Uma variedade de abordagens e produtos de comunicação são necessários, dados os diversos contextos, partes interessadas e tipos de meninas visados pelo fundo da IBAS. Por exemplo, na Zâmbia, o projeto procurou refinar e consolidar os produtos de comunicação existentes desenvolvidos pelo Ministério do Género. O reconhecimento das diferentes categorias de partes interessadas, incluindo: pais/responsáveis, líderes comunitários, escolas, formuladores de políticas e meninas, significa que atividades, produtos e materiais de comunicação precisam ser projetados tendo em conta as diversas partes interessadas e usando vários canais. Além disso, deve-se compreender as formas de comunicação nas diferentes comunidades rurais e identificar quem são os mensageiros mais respeitados. Um exemplo de boa prática nos distritos de Salima e Dedza no Malawi é o envolvimento de 80 mulheres influentes como exemplos a serem seguidos, tais como mulheres comandantes, esposas de pastores e xeques e conselheiras tradicionais, como, por exemplo, Anankungwi, para atuarem como agentes de mudança e líderes na contribuição para a redução da violência de género.



21 As diretrizes do modelo de espaços seguros foram desenvolvidas pelo Governo do Malawi com o apoio da União Europeia, do PNUD e do Ministério das Relações Exteriores da Noruega.



Ações de comunicação variaram desde atividades compatíveis às comunidades rurais²², até atividades participativas para garantir o controlo e a posse das atividades, discussões em grupos focais para entender pontos de influência, educação e entretenimento para ampliar o apelo das mensagens. No entanto, a maioria dos materiais impressos está em inglês, o que aumenta a preocupação em relação ao alcance em comunidades rurais, para além das escolas. As estações de rádio locais têm sido um meio poderoso para gerar consciência, mas as formações para jornalistas não conseguirão sustentar adequadamente as atividades de consciencialização através dos meios de comunicação sem um financiamento regular para manter as atividades de capacitação.

Abordar a Covid-19 é fundamental para evitar a reversão dos ganhos obtidos em direção à eliminação do casamento infantil:

A pandemia da COVID-19 é um motivo de preocupação. O encerramento prematuro das escolas pode ter consequências graves para as meninas que recentemente receberam bolsas de estudo, mas agora estão de volta a casa, sendo que algumas delas correm o risco de casamento. Há evidências do aumento de gravidez infantil nos distritos do projeto. O Governo do Malawi, através de um Relatório de Avaliação Rápida divulgado recentemente, relatou 40.000 gravidezes entre adolescentes e 13.000 casamentos infantis no Malawi.²³ As famílias também

22 Por exemplo, “entretenimento educativo” que inclui espetáculos itinerantes, música e encenações que usam métodos participativos para educar e entreter.

23 Ministério de Género, Community Development and Social Welfare (2020). *A Rapid Assessment Study of Teenage Pregnancies and Child Marriages during COVID 19 in Malawi*. Nos distritos de Chama e Mpulungu na Zâmbia, não há relatos do aumento de gravidez infantil.

não estão a permitir que os jovens frequentem grupos de apoio de colegas devido ao medo e alguns serviços foram reduzidos. Essas limitações ameaçam uma reversão dos ganhos obtidos na eliminação dos casamentos infantis através das contribuições do fundo da IBAS. No entanto, a situação tem aberto discussões para respostas inovadoras, tais como possibilidades de disponibilização de acesso digital à informação. No Malawi, um projeto complementar intitulado “Projeto Piloto de Escola de Ensino de Habilidades Virtuais” que visa os mesmos distritos de impacto e tem beneficiárias semelhantes, está a adquirir 60 tablets para facilitar a aprendizagem de competências digitais.

Com os tablets, as meninas serão capacitadas para o uso de ferramentas digitais e online básicas, incluindo, como usar um computador, pacotes do MS Office, internet e e-mail. De forma significativa, os líderes locais assumiram formalmente a responsabilidade, através de uma declaração, de monitorar e apoiar as meninas durante o período da pandemia da Covid-19, enquanto as escolas monitoram as meninas que recebem as bolsas da IBAS. Além disso, na Zâmbia, o Ministério do Género deu um passo adicional fazendo visitas ao local para fortalecer o apoio às meninas bolsistas da IBAS.

IV. Traçando o caminho a seguir

TABELA 2

Principais mensagens e recomendações

1. Há um reconhecimento crescente de que a prevenção do casamento infantil e o apoio às meninas exigirá o envolvimento de meninos e jovens do sexo masculino. Isto está de acordo com as estruturas continentais sobre a necessidade de fomentar colaborações com organizações de homens que abordam as desigualdades de género e defendem a eliminação de práticas tradicionais prejudiciais.
2. Há o reconhecimento dos comités distritais/equipas multissetoriais como os principais interessados nos esforços para acabar com o casamento infantil e apoiar as sobreviventes ao casamento infantil. As partes interessadas da comunidade são as primeiras a responder ao casamento infantil. Isto exige o fortalecimento contínuo das suas capacidades de resposta e está em consonância com os compromissos da UA que exigem “um envolvimento melhorado ou reforçado com iniciativas e organizações de base ou a nível comunitário”. Ligada a esta recomendação está a necessidade de uma forte consciencialização e revisão das políticas e leis pertinentes que apoiam sobreviventes ao casamento infantil e o fim dos casamentos infantis.
3. Dados os riscos e vulnerabilidades enfrentados pelas meninas em comunidades rurais pobres, é necessário garantir a viabilidade e a sustentabilidade dos programas de empreendedorismo de pequena escala sugeridos. Uma recomendação geral importante é fortalecer competências, informações, confiança e apoio para sobreviventes ao casamento infantil, para as suas famílias e para as escolas, para que possam desenvolver pequenos negócios, por exemplo, apicultura; bem como o conhecimento e a compreensão necessários para ajudá-las a estarem interligadas, competirem e venderem nos mercados de exportação. Um melhor acesso a outros programas de capacitação, tais como o ADVANCE, o desenvolvimento de atividades bancárias em aldeias e capacidades de acesso ao mercado, podem ser ações de apoio.
4. Os programas relacionados ao casamento infantil devem integrar a provisão de serviços psicossociais para sobreviventes ao casamento infantil, como parte de uma resposta abrangente para apoiar a segurança, o bem estar e os direitos das meninas.
5. A programação futura dos serviços de saúde e direitos sexuais e reprodutivos deve ser vinculada nos programas de combate à violência contra mulheres e meninas e pelo fim do casamento infantil, dadas as principais consequências negativas da gravidez e do parto precoces para a saúde das adolescentes.

6. Há um apelo de todos os parceiros para continuar a apresentar histórias de sucesso de sobreviventes ao casamento infantil para ajudar outras meninas a adiarem o casamento ou as relações sexuais, apontar opções, chamar a atenção para oportunidades emergentes e destacar uma maior autonomia das meninas que desenvolveram e fortaleceram as suas competências e ganharam maior consciência dos seus direitos humanos.
7. Os materiais de comunicação devem ser desenvolvidos nos idiomas locais para garantir um maior alcance e acessibilidade. Idealmente, deve ser incentivado o uso de materiais de Informação, Educação e Comunicação (IEC) com fotos de líderes de opinião locais, alunas e outras mulheres, tais como diretoras de escolas, professoras e alunas finalistas.
8. Os esforços da parceria devem ser alinhados e colocados em sinergia, incluindo através de uma monitoria conjunta, relatórios, documentação e aprendizagem para que seja alcançado um impacto tangível. Financiamentos e parcerias multissetoriais devem ser mantidos para garantir a sustentabilidade e a continuidade das iniciativas de erradicação do casamento infantil, incluindo o fortalecimento da legislação, das estruturas políticas e das alocações orçamentais do governo.
9. O envolvimento de jovens através de diálogos entre gerações é fundamental para abordar normas sociais negativas e promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Em relação a isso, deve-se manter um apelo contínuo para aumentar a voz e a participação de meninas e sobreviventes em processos consultivos que orientam o planeamento e o desenvolvimento, a implementação e o monitoramento de políticas.
10. Escolas e líderes tradicionais, religiosos e comunitários devem estar envolvidos para fortalecer os mecanismos de supervisão e monitoria, tendo em vista a deteção precoce e a prevenção de casamentos infantis.
11. Considerando a pandemia da COVID-19, que colocou em destaque o problema da gravidez infantil, e as novas maneiras de fazer as coisas, é necessário acabar com a exclusão de género digital, já que a maioria das meninas e das mulheres não tem acesso à informação. Estes esforços precisam começar com a capacitação de mulheres e meninas para que não fiquem para trás em termos das informações e decisões sobre a gestão da pandemia da COVID 19.
12. A documentação e a disseminação sistemática das lições aprendidas com os programas relacionados com o casamento infantil são fatores importantes para fortalecer a aprendizagem e a tomada de decisões, bem como monitorar o progresso para acabar com o casamento infantil aos níveis local, nacional e continental em África.

A ONU MULHERES É A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DEDICADA À IGUALDADE DE GÉNERO E AO EMPODERAMENTO DAS MULHERES. DEFENSORA GLOBAL DAS MULHERES E RAPARIGAS, A ONU MULHERES FOI INSTITUÍDA PARA ACELERAR O PROGRESSO NA SATISFAÇÃO DAS SUAS NECESSIDADES EM TODO O MUNDO.

A ONU MULHERES APOIA OS ESTADOS-MEMBROS DA ONU NA DEFINIÇÃO DE PADRÕES GLOBAIS PARA ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÉNERO E TRABALHA COM OS GOVERNOS E A SOCIEDADE CIVIL A FIM DE CONCEBER LEIS, POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA ASSEGURAR QUE OS PADRÕES SEJAM IMPLEMENTADOS COM EFICÁCIA E BENEFICIEM VERDADEIRAMENTE AS MULHERES E RAPARIGAS DE TODO O MUNDO. A ENTIDADE TRABALHA GLOBALMENTE PARA TORNAR A VISÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL UMA REALIDADE PARA AS MULHERES E RAPARIGAS E APOIA A PARTICIPAÇÃO IGUALITÁRIA DAS MULHERES EM TODOS OS ASPETOS DA VIDA, CENTRANDO-SE EM QUATRO PRIORIDADES ESTRATÉGICAS: AS MULHERES LIDERAM, PARTICIPAM E BENEFICIAM EQUITATIVAMENTE NOS SISTEMAS DE GOVERNAÇÃO; AS MULHERES TÊM SEGURANÇA DE RENDIMENTO, TRABALHO DIGNO E AUTONOMIA ECONÓMICA; TODAS AS MULHERES E RAPARIGAS VIVEM UMA VIDA ISENTA DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA; AS MULHERES E RAPARIGAS DÃO UM CONTRIBUTO E TÊM UMA MAIOR INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ SUSTENTÁVEL E DA RESILIÊNCIA E BENEFICIAM EQUITATIVAMENTE DA PREVENÇÃO DE CATÁSTROFES NATURAIS E CONFLITOS E DA AÇÃO HUMANITÁRIA. A ONU MULHERES TAMBÉM COORDENA E PROMOVE O TRABALHO DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS NO SENTIDO DE FAZER AVANÇAR A IGUALDADE DE GÉNERO.



Articulação com a UA e a UNECA, ONU Mulheres
Kirkos Sub-Cidade, Kebele 01, Casa NO 110
Junto à rotunda de Olympia
Adis Abeba, Etiópia
<https://africa.unwomen.org>